**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A PEC Nº 001.0/2019, QUE ALTERA O INCISO V DO ARTIGO 128 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, VISANDO VEDAR A COBRANÇA DE TAXA DE QUALQUER NATUREZA QUE LIMITE O TRÁFEGO DE PESSOAS OU DE BENS, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2020, ÀS 19H, EM PORTO BELO**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Sargento Luiz Cláudio Rufino)** — Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início a este evento convocado pelo Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Ivan Naatz, atendendo proposição do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Marcius Machado. Esta audiência tem por objetivo oportunizar um momento para debater a PEC nº 001.0/2019, que altera o inciso V do artigo 128 da Constituição do Estado, visando vedar a cobrança de taxa de qualquer natureza que limite o tráfego de pessoas ou de bens.

O Cerimonial convida o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Ivan Naatz, para proceder à abertura oficial desta audiência pública e presidir os trabalhos.

Uma ótima audiência. Boa noite a todas e a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) —** Boa noite, senhoras e senhores, comunidade catarinense, que nesta noite quente de quinta-feira estão conosco para discutir essa proposta de emenda à Constituição do Estado de Santa Catarina que pretende dar fim aos pedágios urbanos no nosso Estado.

Só para vocês conhecerem o trâmite da PEC, ela foi apresentada em fevereiro de 2019 contendo a assinatura de 14 Deputados Estaduais e discutida em duas votações na Comissão de Constituição e Justiça; depois seguiu para o plenário da Alesc, sendo referendada pelos senhores Deputados por 25 votos favoráveis e 5 votos contrários; voltou à CCJ e novamente foi apresentado um parecer da lavra do Deputado Estadual João Amim pela constitucionalidade da matéria, tendo sido aprovado pela maioria dos senhores Deputados; a matéria, então, seguiu para a Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa e lá recebeu parecer unânime pela sua continuidade; a seguir a matéria foi para a Comissão de Turismo e Meio Ambiente e o Relator, Deputado Marcius Machado, requereu ao Presidente da Assembleia que promovesse três audiências públicas para tratar do tema, dando oportunidade à sociedade catarinense de se manifestar.

A proposta do Deputado Marcius Machado foi a plenário e referendada pelos senhores Deputados, e assim a Assembleia Legislativa determinou a realização das audiências públicas. A primeira delas já foi realizada lá em São Francisco do Sul, na semana passada; esta é a nossa segunda audiência pública, e a terceira estava agendada para a terça-feira da semana que vem em Biguaçu, mas, por determinação da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, em razão do coronavírus, estão proibidas as reuniões coletivas da Assembleia a partir de amanhã. Portanto, a audiência pública de Biguaçu não vai acontecer, mas isso não vai impedir que a PEC caminhe, pois a audiência não vai acontecer por um motivo estranho à vontade dos senhores Deputados e da sociedade. Assim, o Deputado Marcius Machado deve apresentar seu parecer na próxima reunião da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, os senhores Deputados-membros deverão se manifestar a respeito e, em seguida, a proposta estará apta para ser votada pelo conjunto dos senhores Deputados em plenário.

Uma proposta de emenda constitucional precisa ser aprovada por 25 votos dos senhores Deputados em dois turnos. Então, dos 40 Deputados, 25 devem votar favoravelmente à aprovação da matéria; se não houver os 25 votos, a matéria é automaticamente rejeitada. Se for aprovada, a matéria entrará automaticamente para o texto da Constituição, não precisa da sanção do Governador.

Antes de compor a mesa dos trabalhos, eu informo o texto da PEC. (*Passa a ler.*)

“Proposta de Emenda à Constituição PEC/0001.0/2019

Altera o art. 128, inciso V, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O art. 128, inciso V, da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 128 .......................................................................................................

.......................................................................................................................

 V – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou de bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais,” – isso já consta na nossa Constituição e está sendo incluída a seguinte expressão – “inclusive por meio da cobrança de taxa de qualquer natureza, excluída a cobrança de preço pela utilização de vias conservadas pelo Estado.” (*Cópia fiel.*)

 Ou seja, os pedágios nas rodovias. Então nós estamos inserindo no texto a expressão “inclusive por meio da cobrança de taxa de qualquer natureza”. Nós estamos trabalhando com o fim do pedágio, e o que é o fim do pedágio? Só entra quem paga, quem não paga não pode passar. Isso é o pedágio. Então nós estamos acabando com os pedágios urbanos em Santa Catarina. Esse é o breve relatório que eu queria passar a todos.

Por fim, gostaria de dizer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa determina que eu apresente a vocês o cronograma e a metodologia da audiência pública. Ela deve acontecer no máximo em duas horas, então faremos a composição da mesa dos trabalhos; a seguir passaremos a palavra aos membros da mesa que desejarem por até cinco minutos; terminada essa etapa, vamos passar a palavra aos presentes que previamente se inscreverem pelo tempo de até três minutos. Por fim, será apresentado um relatório que será entregue ao proponente da audiência pública, o Deputado Marcius Machado.

A audiência pública não é feita para convencer a plateia, ela é feita para convencer os Deputados. Nós fazemos as audiências públicas para os Deputados. Então eu peço aos que forem usar da palavra que sempre lembrem que estão falando para os Deputados. A televisão colhe todas as imagens, essas meninas aqui fazem as anotações, aquelas (*refere-se às taquígrafas*) fazem a ata da audiência e, de tudo isso, é feito um relatório que será entregue ao proponente da audiência pública, o Relator da proposta, Deputado Marcius Machado. Estão todos de acordo? Certo? (*Pausa.*) Perfeito.

Eu convido para fazer parte da mesa, que muito nos honra com a sua presença, a senhora Promotora da 1ª Promotoria da Comarca de Porto Belo, Lenice Born da Silva, representando o excelentíssimo senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, senhor Fernando da Silva Comin; a senhora presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Centro de Porto Belo (AmacPB), Teresinha Maria da Silva; a senhora Vereadora Lourdes Matias, de Bombinhas; o senhor Vereador Alessandro Arno Mafra (Xando), de Bombinhas; o senhor Procurador da Câmara de Vereadores de Bombinhas, Adalberto Vieira; e o senhor coordenador do Núcleo da Construção Civil de Itapema e Porto Belo da Associação Empresarial de Itapema e Porto Belo (Acita), Afonso da Rocha Junior. (*Palmas.*)

Registro a presença do senhor proprietário do portal de notícias Costa Esmeralda Online, de Porto Belo, Samuel Cunha; do senhor assessor parlamentar Silas Ferreira, representando a excelentíssimas senhora Deputada Estadual Ana Campagnolo; e do senhor vice-presidente da Associação Comunitária do Bairro Perequê, Luiz Carlos Furtado.

Eu consulto os presentes se há alguma outra autoridade, Vereador, Vice-Prefeito, Prefeito que não foi anunciada. (*Pausa.*)

Eu fiz um pequeno apanhado das razões que me levaram a apresentar a proposta de emenda à Constituição do Estado de Santa Catarina. Isso não nasceu do nada. Eu sempre fico triste quando as pessoas procuram fazer o debate por trás, não fazendo o debate *tête-à-tête*, olho no olho, com tempo para você falar e tempo para você ouvir. Aqui, nesta audiência, todos terão tempo para falar e para ouvir, esta audiência é para quem é contra e quem é a favor. Todos terão tempo para falar e para ouvir.

Eu vou fazer para vocês um breve apanhado do que é a TPA. A TPA é uma proposta legislativa aprovada pela Câmara de Vereadores de Bombinhas e de Porto Belo e em outras Câmaras nas quais estão em tramitação, como Garopaba, São Francisco do Sul, Itapoá e Florianópolis. Lá essas propostas estão em debate. E o Tribunal de Justiça de Santa Catarina reconheceu a constitucionalidade dessa modalidade de cobrança, com posição contrária do Ministério Público, deste Deputado, de muitos Desembargadores e de muitos juristas, porque taxa corresponde à prestação de serviços individualizados, como taxa de luz, taxa de água, taxa de lixo, que é um serviço individualizado prestado e identificado para cada pessoa. A taxa que não é individualizada, na minha opinião, é inconstitucional, não é taxa. Por isso que caiu a Cosip, a taxa de iluminação pública que nós pagávamos. O Supremo Tribunal Federal suspendeu a Cosip, porque não era possível identificar e individualizar a pessoa. Mas, lamentavelmente, o STF reconheceu a constitucionalidade desse tipo de cobrança [TPA], só que ele colocou uma condicionante. Qual é a condicionante? A condicionante de que se pode fazer a cobrança, contanto que o dinheiro vá para projetos ambientais. Está lá no último artigo do acórdão do Tribunal de Justiça. Ou seja, pode fazer a cobrança, mas o dinheiro só pode ir para um lugar: projetos ambientais. Porém, o que temos notado hoje é que há um desvirtuamento dessa proposta.

(*Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.*)

Eu queria mostrar para vocês uma auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que está à disposição de cada um de vocês na minha página do Facebook, Deputado Ivan Naatz, na íntegra. É só acessar e fazer o *download* dessa manifestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que apresentou um relatório sobre essa proposta.

Existem dois principais pontos de cobrança da TPA: uma na entrada principal do Município de Bombinhas e, outra, na via Zimbros – são duas entradas, vocês conhecem. Na entrada de Bombas existem duas estruturas de cobrança, e uma é para pagamento de cartão, débito e crédito, que era de responsabilidade da empresa que ganhou o processo licitatório para a solução da tecnologia de gestão administrativa da taxa, incluindo o pessoal, cujos recursos adquiridos eram creditados em conta específica pela operadora de cartão. O Tribunal fez um apanhado – eu vou falar diretamente para vocês – de tudo aquilo que envolve a TPA de Bombinhas e identificou várias e várias irregularidades, e uma delas é o pagamento da folha dos funcionários da TPA. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

A folha da Prefeitura de Bombinhas paga os funcionários da TPA, então quando um funcionário da TPA vai embora, quem paga a rescisão é a Prefeitura, assim como todos os encargos contratuais dos empregados da TPA. Além disso, a Prefeitura pagou R$ 680 mil às empresas de cartão de crédito e débito para poderem operar.

Então, tudo o que é despesa da empresa que explora o sistema é pago pela Prefeitura de Bombinhas, e o dinheiro vivo da TPA é levado para o cofre da Prefeitura, como vocês podem ver aí na fotografia do relatório do Tribunal de Contas (*aponta pra a imagem*). Então, eles mexem com dinheiro vivo, dinheiro vivo para lá, dinheiro vivo para cá; carregam dinheiro vivo sem controle bancário, sem depósito, sem nenhuma contabilidade. Nessa auditoria que o Tribunal de Contas fez, foi mandado abrir o cofre e o dinheiro estava lá, dinheiro vivo, sem nenhum controle financeiro.

Eu fiz para vocês um relatório também dos veículos nacionais e estrangeiros que entraram no Município de Bombinhas. Da temporada de 2015 até a temporada de 2018, o valor que eles lançaram, que entrou, foi de R$ 51 milhões, mas só receberam R$ 23 milhões, porque R$ 28 milhões não foram pagos. O crédito das pessoas que não pagam fica para a Prefeitura de Bombinhas, mas as pessoas que pagam vai para a empresa. Então, a empresa recebeu os R$ 23 milhões... R$ 21 milhões, na verdade, e Bombinhas ficou com a conta de R$ 28 milhões. Esse é, mais ou menos, o relatório da manifestação.

O que acontece de verdade? Acontece que o contrato da empresa que explora o sistema é extremamente vantajoso para a empresa e extremamente prejudicial para o Município de Bombinhas. É um sistema através do qual se arrecada um monte de dinheiro e a empresa leva esse dinheiro praticamente limpo.

Então, a modalidade de cobrança que é estabelecida por essa legislação é totalmente desfavorável ao Município, totalmente desfavorável à população, totalmente desfavorável ao modelo de arrecadação de recursos que é para colocar nos cofres do Município para poder melhorar a vida dos munícipes, mas não é para melhorar a vida deles pagando a taxa do lixo, pagando a taxa de esgoto e, sim, para projetos de preservação do meio ambiente. É para isso que essa taxa foi institucionalizada, porém ela não atende esse princípio, não atende!

No Município de Governador Celso Ramos a empresa que explora o sistema recebeu R$ 8 milhões para fazer a prestação de serviço por quatro meses (*sic*). A Prefeitura arrecadou até agora R$ 1,5 milhão e esse valor arrecadado vai todo para a empresa e nem um centavo para a Prefeitura de Governador Celso Ramos, porque o preço lá é um preço fixo. São R$ 8 milhões por quatro anos, a Prefeitura arrecadou só R$ 1,5 milhão no primeiro ano e vai repassar à empresa.

Eu poderia falar para vocês as 1.500 razões que estão aqui nesse volume de documentos, mas seria cansar vossas excelências, pois vocês conhecem muito mais do que eu o que está acontecendo aqui. E quem quiser conhecer a fundo as razões que me levaram a apresentar uma proposta contra esse modelo de cobrança... porque eu não sou contra um modelo de cobrança que seja barato, acessível, que efetivamente seja compensatório, como, por exemplo, quem dorme na cidade paga um pouquinho, mas esse é um modelo fracassado, é um modelo em que só um grupo ganha, só uma empresa explora, só uma pessoa fica com o lucro, e a população, as pessoas que pagam essa taxa chamada TPA são iludidas por um nome bonito: Taxa de Preservação Ambiental.

Quem não gosta de proteger o meio ambiente? Todo mundo gosta de proteger o meio ambiente. E as pessoas que pagam não são os moradores daqui, não é quem mora aqui pertinho, é quem vem de longe e coloca o dinheiro ali achando que ele está pagando para melhorar o meio ambiente, quando, na verdade, não se comprovou até agora onde os recursos são colocados. Sendo assim, existem 1.500 razões para, como Deputado catarinense, apresentar essa proposta para dar fim a esse modelo que está aí.

Então, são essas as minhas considerações e quem está nos acompanhando pelas redes sociais está vendo que não é uma pauta contra Bombinhas. Quero deixar bem claro isso aqui. Eu não tenho uma pauta contra Bombinhas, mas contra o modelo que instalaram por meio do qual apenas a empresa ganha e que está se ramificando por todo o Estado de Santa Catarina e até pelo Brasil.

Em Porto Alegre também já está sendo estudada a possibilidade da cobrança de um pedágio urbano para quem não tem placa de Porto Alegre. Então, é com o modelo que nós precisamos acabar, precisamos dar fim para que uma nova proposta possa surgir.

Para concluir a minha manifestação, quero dizer que lá na Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul as pessoas falaram que a Câmara de Vereadores é responsável pela fiscalização, que há fiscalização porque tem a Câmara de Vereadores. Eu fui Vereador na cidade de Blumenau e posso dizer para vocês que quando o governo distribui cargos, a Câmara de Vereadores não fiscaliza, é uma troca de favores, eu fecho os olhos enquanto o senhor mantém os meus cargos em comissão. Isso não funciona e os Vereadores não têm estrutura suficiente para fazer essa fiscalização, fazer esse debate que a gente faz.

Então, a meu ver esse modelo é extremamente fracassado e é por isso que estamos apresentando essa proposta, tentando convencer os senhores Deputados de que é hora de começar de novo, porque do jeito como foi, estava errado.

Muito obrigado.

Convido a fazer uso da palavra a excelentíssima senhora Promotora da 1ª Promotoria da Comarca de Porto Belo, Lenice Born da Silva, pelo tempo que achar necessário.

**A SRA. PROMOTORA LENICE BORN DA SILVA** — Boa noite a todos. Deputado, agradeço o convite. Eu estou aqui representando o Procurador-Geral do Ministério Público, doutor Fernando da Silva Comin, que não pôde comparecer e me solicitou que eu o fizesse. Para mim é uma grande oportunidade estar aqui na presença de todos os senhores e de todos os que compõem a mesa.

Por eu estar à frente da 1ª Promotoria de Porto Belo, desde o começo quando foi instituída a TPA pela Curadoria do Meio Ambiente, entendi, na época, que caberia a mim instaurar um procedimento chamado Inquérito Civil para verificar a situação dessa novidade que estava vindo para a Comarca. Assim, no decorrer do inquérito que foi instruído verificou-se que havia questões de inconstitucionalidade no entender do Ministério Público. Como não fazia mais parte da minha atribuição, pois eu não tenho essa atribuição na minha Promotoria, foi repassado esse procedimento à 2ª Promotoria de Porto Belo, pois a gente também tem regras a cumprir, eu tenho uma limitação, ou seja, há uma determinação de atribuições que devem ser cumpridas.

A partir dali, juntamente com Florianópolis, a quem cabe elaborar toda essa questão como o Deputado já comentou aqui, houve uma ação interposta pelo Ministério Público e eu acompanhei bastante o tema, já que ele iniciou do meu inquérito civil. A partir dali todo o trâmite acabou como a gente sabe e o Deputado acabou de comentar com os senhores, que o nosso Tribunal de Justiça entendeu pela constitucionalidade. Houve recursos, subiu a Brasília e as decisões que não cabem aqui serem ditas são do conhecimento de todos.

Bom, o pedágio pode ser cobrado, a Taxa de Preservação Ambiental pode ser cobrada em razão dessas decisões do Tribunal e assim está sendo feito, como todo mundo sabe, desde 15 de novembro até abril. Então coube a mim instaurar um procedimento para acompanhar e fiscalizar a aplicação desses recursos. E assim está sendo feito, Deputado e todos aqui. Se alguém quiser obter informações, basta solicitar ali na minha Promotoria, o procedimento é público, não tem impedimento algum, é aberto a todo mundo que queira saber seu trâmite. Hoje ele se encontra numa auditoria, porque eu não tenho conhecimento técnico, infelizmente, a minha formação é outra, para poder avaliar todos os empenhos, toda a aplicação desse valor. O Ministério Público em Florianópolis possui um setor de auditoria com técnicos capacitados e o procedimento está aguardando isso. A partir dali, assim que vier todo esse laudo e esse estudo técnico, outras providências serão tomadas, se for possível tomá-las, dentro da legislação.

O Deputado também já questionou como estaria essa questão no Ministério Público. Eu acho que já foi repassado ao senhor, mas aproveito aqui a oportunidade para poder esclarecer toda essa situação. Então também estamos apurando, estamos verificando.

Aproveito também para afirmar e ressaltar, como o Deputado falou, que a população é o mais importante numa audiência pública. Hoje este ato aqui é dos senhores, nós estamos aqui em cima na mesa, mas o ato é dos senhores. Eu gostaria de agradecer a presença de todos e, por favor, exponham se são a favor ou contra, é muito importante essa opinião, pois eu tenho certeza que vai ajudar muito lá na hora de analisarmos todo esse procedimento.

Uma boa-noite e obrigada pela paciência de me escutarem. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** — Obrigado, doutora Elenice.

Convido a fazer uso da palavra a senhora presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Centro de Porto Belo (AmacPB), Teresinha Maria da Silva.

**A SRA. TERESINHA MARIA DA SILVA** — Boa noite a todos da mesa.

Nós apoiamos esse trabalho da Assembleia realizado pelo Deputado Ivan Naatz na questão da ruptura da cobrança da TPA em Bombinhas, mesmo que nós não recebamos esses valores; não é o que a gente está questionando, mas, sim, o quanto ela prejudica a mobilidade no verão. Do início ao final da cobrança da TPA ocorrem filas gigantescas de carros, nós ficamos de três horas a quatro horas na fila e quem mora aqui no centro, principalmente, tem dificuldade de transitar com os seus carros, e além da dificuldade de transitar, a fila está interferindo automaticamente no nosso comércio. Se a gente não circula no centro, se a população não para a fim de fazer as suas compras, o comércio morre também.

Isso está se refletindo a cada ano no comércio de Porto Belo, que está morrendo aqui no centro, mas não somente no centro, porque inclusive no bairro de Perequê o comércio está sendo prejudicado, já que as pessoas não param, o turista não para, ele já tem um destino certo, que é veranear em Bombinhas e não vai parar para fazer compras em nossas lojas.

Enfim, essa questão da cobrança da TPA para Bombinhas prejudica diretamente o Município de Porto Belo, porque nós temos um único acesso, e interfere nesse período de veraneio com toda a dinâmica dos moradores de Porto Belo, sejam aqui do centro ou de outros bairros. Nós moramos em uma cidade onde o centro administrativo funciona no centro de Porto Belo, então quem tem que resolver problemas na Prefeitura de Porto Belo ou em algum setor que está estabelecido no centro, tem dificuldades de se deslocar nesse período.

Nós lutamos, sim, para que a TPA não seja cobrada e que o fluxo aumente como nos anos anteriores. Antes da cobrança o fluxo não era tão prejudicial como é hoje, principalmente pela paralisação dos carros... Param, você não consegue transitar, somente a pé ou de moto e ainda cortando pelo meio dos carros e colocando o trânsito em risco.

Então, a Associação dos Moradores, por meio dos seus associados, apoia esse movimento da Assembleia Legislativa.

É isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** — Muito obrigado, senhora Teresinha Maria, presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Centro de Porto Belo. A sua presença honra a nossa audiência pública.

Convido a fazer uso da palavra o Vereador do Município de Bombinhas, Alessandro Arno Mafra, o Xando. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Sibelli D’Agostini*]

**O SR. VEREADOR ALESSANDRO ARNO MAFRA (Bombinhas/SC)** — Boa noite a todos. Gostaria de cumprimentar vossa excelência, Deputado, Presidente desta audiência, os demais colegas, o público que se faz presente e também o público que nos assiste.

Serei bem direto e objetivo. Quem conhece o meu trabalho sabe que sou extremamente contra essa cobrança da TPA. No meu ponto de vista é uma taxa de picaretagem ambiental, eu sempre deixei isso bem claro, e alguns pontos têm que ser bem esclarecidos para a comunidade de Bombinhas.

Na lei não constam dois acessos, então a cobrança via Morro de Zimbros já é uma cobrança indevida. Outro ponto: a renúncia de receita. Vocês, moradores de Porto Belo, não pagam a TPA, e essa é uma renúncia de receita. Por que só a placa de Porto Belo tem esse privilégio, sendo que todos nós vivemos no mesmo País e no mesmo Estado? O preço diferenciado das tarifas: entra um veículo com cinco pessoas e paga R$ 28,00, um SUV já paga R$ 41,00 e uma moto paga em torno de R$ 3,00. Já o turista que entra via transporte público não paga nada para entrar em Bombinhas e polui da mesma forma, quando a desculpa deles para cobrar era ter muita gente em um período curto de tempo, via um único acesso. Então isso também já cai por terra. Portanto, esses são alguns levantamentos que a gente faz.

A Prefeitura não ter comprado o desenvolvimento do *software* faz com que ela fique escrava dessa empresa o resto da vida, e eles estão usando isso para franquear o sistema. Eles chegam a cobrar R$ 60 mil para dar uma palestra referente à TPA. Isso é um absurdo! Então eles vão franquear não só no Estado, mas pelo Brasil afora, porque eles já fizeram essa palestra em Arraial do Cabo.

Os investimentos feitos até o momento não transparecem para a nossa comunidade, a prestação de contas é muito frágil, muito fraca e muito obscura, no meu ponto de vista. Com os valores arrecadados, o que já foi adquirido: *container* de R$ 84 mil, que não tem nada a ver com a preservação do meio ambiente, para serem quiosques de praia, então não tem nada a ver com a preservação do meio ambiente; investimento em caminhonete de fiscalização, que não tem nada a ver com a preservação do meio ambiente; lixeiras, que é dever e obrigação do Poder Público ceder essas lixeiras e não comprar com o valor da TPA.

Acho que o trabalho do Deputado está sendo bem claro e bem transparente com todos vocês. Estamos aqui para ouvir os dois lados, tem gente que vai continuar acreditando nessa taxa, porque a taxa é convidativa, é simpática: Taxa de Preservação Ambiental. Nós temos que lembrar que o artigo 225 da Constituição Federal diz que é dever do Poder Público preservar para as presentes e futuras gerações o meio ambiente. Então nós não precisamos de mais uma taxa, isso é mentira. Da maneira como ela é cobrada, eu não tenho como concordar, e acredito que a grande maioria da comunidade não concorda e por isso estamos aqui hoje para este debate.

Se fosse uma taxa totalmente legal, salientando que o STF colocou como constitucional, a gente poderia debater a ilegalidade de alguns requisitos necessários para que ela seja transparente. O próprio Deputado já mostrou aqui o que o Tribunal de Contas nos apontou e eu, como Vereador, já protocolei uma vez e coloquei para votação a revogação dessa lei. Eu não tenho como concordar diante de todos esses argumentos apontados na noite de hoje. Infelizmente perdemos a revogação da lei, mas está tramitando novamente a lei de revogação da TPA; eu acho que seria muito mais fácil e muito mais rápido revogar via Município. Que bom que temos outras pessoas em nível de Estado lutando pelo mesmo ideal, que é acabar com esse tipo de cobrança que é indevida, restringe um turista que vem de outro país a entrar na nossa cidade, a não ser que ele pare ali e pague. Isso é inaceitável, isso é restringir o direito de ir e vir do cidadão que viajou dois mil quilômetros e não pode ter acesso à praia de Bombinhas, porque param na frente do carro e impedem o seu acesso. É inacreditável que isso aconteça em pleno século 21.

Quero agradecer muito a presença de vocês, sei que hoje nós estamos aqui para debater, ouvir e encaminhar para os Deputados, para que eles façam a melhor votação possível e que privilegiem o interesse público, que é o interesse de todos nós.

Muito obrigado pela presença. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) —** Registro a presença do diretor-editor do Jornal Correio Sulista, Alcio Nei Pereira Do Carmo.

Com a palavra o senhor coordenador do Núcleo da Construção Civil de Itapema e Porto Belo da Associação Empresarial de Itapema e Porto Belo (Acita), Afonso da Rocha Júnior.

**O SR. AFONSO DA ROCHA JÚNIOR** — Boa noite. É um prazer estar aqui com vocês participando de uma discussão bem criteriosa.

A nossa posição é a respeito da condição do empresariado em geral em ter acesso, em dar condição de preço justo, horários de acesso, a mobilidade das empresas que querem também trabalhar dentro de Bombinhas e têm essa dificuldade. Isso acaba trazendo não só a taxa, mas também traz uma falta de competitividade.

Então, se você está em Porto Belo e precisa pegar o acesso para Bombinhas, você não consegue atender com eficácia e isso também traz um problema ao empresariado. Tem a questão da mobilidade no centro de Porto Belo, onde a gente atua, as empresas aqui estão tendo certos problemas, mas isso já cabe a outros núcleos, não ao nosso setorial que é específico da construção civil. Mas em Porto Belo causa problema também a dificuldade de mobilidade aos prestadores, aos entregadores e a outros que querem trabalhar de forma justa.

Peço desculpas, estou com um pouco de dificuldade em falar, estou afônico, mas agradeço a oportunidade de estar com vocês aqui nesta discussão.

Boa noite. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** — Com a palavra o senhor procurador da Câmara de Vereadores de Bombinhas, Adalberto Manoel Vieira.

**O SR. ADALBERTO MANOEL VIEIRA** — Boa noite, Presidente, boa noite a todos.

Eu, de fato, não esperava estar aqui neste local [na mesa], gostaria de estar junto com vocês, até porque eu não vim aqui para me identificar como procurador da Câmara de Bombinhas e, sim, como cidadão de Bombinhas (*palmas*), que está sofrendo e vê o sofrimento [causado] por algo criado dentro de uma instituição que não pensou nas pessoas que mais têm necessidade. O Legislador tem que pensar antes de qualquer proposta. Não há dúvida para aqueles que já me conhecem, pelo tempo que eu tenho de trabalho dentro da Câmara de Bombinhas como procurador, há mais de vinte anos, que sabem que conheço a história toda da criação desse tributo, como é que ele chegou e o porquê. Só que ninguém traz a público a real situação desse fato.

Então eu digo para vocês: isso surgiu desde que Bombinhas pertencia a Porto Belo, quando já existia aquele fluxo enorme de pessoas e à medida que a cidade crescia, com as dificuldades que foram aparecendo – todos conhecem, não preciso revelar aqui –, queriam o quê? Diminuir aquele número de turistas que faz turismo em Balneário Camboriú, faz turismo em Itapema, faz turismo em Florianópolis e vem passar o dia no Município de Bombinhas. Diante disso se procurou no decorrer dos anos, dentro do meio político, como restringir esse número excessivo de pessoas, que causa ainda hoje um grande dano não só ao meio ambiente, mas também aos que vivem na região e não encontram paz e sossego dentro da praia de Bombinhas no verão, nem hoje com a TPA.

Então esta fala é só para fazer uma referência de como isso chegou, e como se tentou pensar em diversas maneiras. Não houve uma Legislatura, Deputado, que não se falasse disso dentro da Câmara de Vereadores e dentro do Executivo de Bombinhas, porque tinha que se dar uma solução. Falou-se, inclusive – se não me falha a memória, durante o mandato do Prefeito Claudionor –, na hipótese de se criar uma cidade parque, porque aí, sim, poderíamos limitar o número de pessoas. Você diria assim: em Bombinhas só cabem cem pessoas, e quando chegou o centésimo, não entra o centésimo primeiro, que é para você ter naquele espaço uma condição digna de se permanecer ali e usufruir daquilo que o território, a praia oferece. Mas vocês sabem, vai mudando a gestão, entra uma e sai outra, as ideias vão surgindo, a tecnologia surge e chegamos na tecnologia de hoje, através da qual você coloca uma câmera e vai passando, vai fotografando, vai cobrando. Esqueceu-se só de analisar, aí está o ponto, e temos que fazer uma listinha, se é boa a TPA ou ruim.

Todas as cidades do litoral catarinense têm um crescimento de mais de 10% ao ano de migrantes, que depois vêm visitar a nossa cidade, e agora terão que pagar para visitar o seu pai, a sua mãe, o seu irmão ou a sua sogra? Ou então essas pessoas agora não terão mais o acolhimento da família? Esse é um ponto seriíssimo que ninguém pensou. Em uma terra de migrantes, como hoje é Bombinhas, Porto Belo e o litoral inteiro, nós temos isso.

Outro ponto: uma pessoa que vem de viagem para no aeroporto de Florianópolis ou de Navegantes e pega um Uber ou pega um táxi. O que vai acontecer com esse prestador de serviço para levar essa pessoa até uma casa ou um hotel? Ele vai ter que pagar uma taxa para poder levar uma pessoa. Não se deu nem a oportunidade ao prestador de serviço de chegar ali, fazer uma entrega e ir embora; ele tem que pagar a taxa ou ele vai ter que depois pegar a nota fiscal, cadastrar para pegar uma isenção. Isso é contra a economia de um País que está sofrendo, estamos atravancando a economia do País, porque os prestadores de serviço entram em Bombinhas todos os dias, principalmente na temporada de verão.

Outro aspecto que pesa contra é a questão da mobilidade urbana, a senhora Teresinha colocou, o Xando também. Gente, a mobilidade urbana, o meio ambiente, nós fazemos parte do meio ambiente, nós somos seres e fazemos parte dele, e a degradação? Nós vimos quando chegamos a fila aqui. Nós estamos degradando tudo, é dióxido de carbono para todo o lado, são filas quilométricas, é algo inaceitável!

 Pontos positivos na TPA não existem, na forma como ela está instituída. Onde você vai jogar a TPA para uma cidade inteira, um território inteiro? Isso não existe em lugar nenhum do mundo. Eu queria conhecer, mas não conheço, eu só conheço para equipamento específico, onde você visita, em Bonito tem um monte, mas você vai lá, visita, paga e volta. Agora eu não conheço pedágio para você entrar em uma cidade, eu não conheço.

Quero pedir o apoio dessa instituição chamada Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para tentarmos fazer algo no Judiciário catarinense, no Judiciário federal, porque é um absurdo... Para quem é advogado, com um mínimo de conhecimento, fazendo uma simples leitura do artigo 128 e do artigo 125 da Constituição, como é que o Tribunal de Justiça, dividido, diz que é constitucional a lei de Bombinhas? Fundamentado em quê? O nosso Judiciário falhou, e são homens de conhecimento ilibado, de alto conhecimento. Você pega a Constituição e diz... Não, aquilo ali é coisa de advogado que está saindo da faculdade, que pegou a OAB agora, que decidiu essa ação de constitucionalidade, porque é um absurdo, Quando você pega a Constituição Federal a Constituição Estadual na questão tributária brasileira, verá que é um absurdo dizer que isso é constitucional. É uma vergonha e nós temos que nos levantar e gritar contra essa Justiça que a gente tem hoje instituída no País. É vergonhoso! (*Palmas.*)

Quero aproveitar a presença da doutora Lenice, que está representando o Procurador-Geral do Estado, no sentido de pedir o apoio, porque essa medida chegou no Supremo e eu acompanhei a tramitação toda desse processo desde o início e vi o esforço para tentar barrar, uma defesa muito consistente. E também foi outra vergonha para mim e para quem quiser fazer estudo na área de Direito, mestrado, doutorado ou especialização, é só pegar o resultado, desde o Tribunal de Justiça até o Supremo, e veja se entra na cabeça a maneira como se fundamentou o Supremo Tribunal Federal para dizer também que é constitucional essa lei. É outra vergonha jurídica, é excrescência, como a gente fala, é vergonhoso quando você pega as matérias que eles utilizaram para dar fundamentação e dizer que é constitucional. Vergonhoso!

E agora, quem nos ampara? Eu pergunto, porque essa proposta do Deputado Ivan Naatz e dos demais Deputados vai nos auxiliar, mas não precisava, porque a nossa Constituição é bem clara quando fala de tributo. Tributo é espécie e no tributo entra IPTU, todo tipo de imposto, entra taxa, entra contribuição de melhoria, não precisava mexer na Constituição. Mas o que o Deputado percebeu? Eu sei a intenção dele, ele pensou: se acharam que é constitucional, então vou ter que fazer alguma coisa, vou propor isso aqui, mas com essa Justiça, quem garante? Numa fundamentação qualquer (*palmas*), e hoje tudo é na retórica, se faz lá uma defesa e estão encaixando. Eu tenho certeza que isso não vai avançar muito.

Bombinhas tem um problema sério e a Constituição nós não vamos conseguir retroagir para derrubar, mas o que nós temos que fazer? Penso que a Assembleia Legislativa, por seus Deputados, e o Ministério Público, com o poder que têm, resolvam o problema de Bombinhas hoje, que criou... E eu tenho certeza que isso não estava na cabeça de quem operou na época, não quero fazer nenhuma condenação, porque também não tinham a capacidade de ver a extensão do problema. Mas temos que rever o compromisso com a sociedade de Bombinhas, porque hoje gerou mais problema do que benefício essa questão, em função da falta de mobilidade urbana. A cidade é um caos total, principalmente para quem quer trabalhar, sair da cidade e com horários e compromissos. Então temos que resolver isso, pois é uma questão social, não é uma questão política, é social, porque ela vai permear a situação de todo mundo, do mais pobre ao mais rico, estão todos sofrendo com o caos criado com a TPA.

Eu não vou me alongar, porque penso que tem mais gente para fazer uso da palavra, mas quero reforçar o pedido ao Deputado Ivan Naatz, independentemente de partido, como a dona Lurdes que está aqui que é Vereadora, e o Xando, que sabem dessa luta, mas devemos nos unir para que Bombinhas reveja o que foi criado e que não se deixe criar esse tipo de limitação dentro de cidade nenhuma do nosso Estado, porque isso só causa problema. Sobre os recursos arrecadados, existem muitas outras formas de se arrecadar, assim como também existem vários outros meios para proteger o meio ambiente, que não é dessa maneira como foi instituída.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** — Obrigado.

Quero registrar com orgulho a presença do Vereador Flávio Henrique Souza, de Bombinhas. Obrigado por estar conosco.

Gostaria de pedir à assessoria que projetasse no telão o valor arrecadado para que todas as pessoas possam observar com atenção.

Muito obrigado pela fala, doutor Adalberto. Muito bem colocado que o Ministério Público sempre foi parceiro da pauta; o Ministério Público, como eu, como você, entende também que há uma desvirtuação tributária violenta. O Tribunal tinha maioria para reconhecer a inconstitucionalidade da matéria e, do nada, constituíram a maioria para reconhecer a constitucionalidade. Considero importante, mas muito importante mesmo a manifestação do senhor, o senhor foi cirúrgico. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão:Clovis Pires da Silva*]

Agora, eu só queria fazer uma observação. O que nós estamos fazendo na Assembleia Legislativa é evitar que novos Municípios caiam nessa armadilha, é isso o que eu estou fazendo na Assembleia, estou trabalhando para dizer o que acontece aqui e o que acontece em Governador Celso Ramos para que isso não se espalhe. Se nós não estivéssemos nessa pegada desde o ano passado, já teríamos três Municípios cobrando, se utilizando desse procedimento. E mais, eles só estão aguardando a decisão da Assembleia, ou seja, se a Assembleia disser não, vocês podem se preparar, cada Município vai ter uma espécie de cobrança.

Então, é isso o que a Assembleia está fazendo, ela está tentando proteger os outros Municípios para não caírem na mesma armadilha do desconhecimento que caiu Bombinhas e que, por má-fé, cai Governador Celso Ramos – e Governador Celso Ramos já conhece a fraude, já conhece.

Com a palavra a Vereadora Lourdes Matias, de Bombinhas.

**A SRA. VEREADORA LOURDES MATIAS (Bombinhas/SC)** — Boa noite a todos. Em nome do nosso Presidente Ivan Naatz e da nossa Promotora Lenice, eu cumprimento todos da mesa.

Eu quero agradecer de imediato por tanto empenho em salvar os demais Municípios dessa situação. Eu estava como Vereadora na Legislatura passada quando a Prefeita na época apresentou essa proposta – e temos aqui também no público o Vereador Celino, que fazia parte daquela Legislatura junto comigo –, e quando ela chegou veio exatamente nesses termos, era a fórmula para salvarmos Bombinhas de algumas situações muito negativas. O doutor Adalberto foi muito preciso aqui, e óbvio que nós queríamos — agora falo por mim — contribuir quando a proposta inicial foi chamar nossa atenção de que essa receita viria para que solucionássemos muitas situações negativas, e ela seria aplicada única e exclusivamente na questão ambiental.

A promessa da Prefeita na época para a nossa Casa de Leis em Bombinhas era que com a criação da TPA, seria revogada a taxa de lixo, que é uma das taxas de lixo mais caras do País, e a empresa iria operar apenas por dois anos até que a Prefeitura aprendesse a fazer esse serviço, operar esse sistema. Toda a receita seria dirigida ao nosso meio ambiente, inclusive os nossos sonhos de ver a nossa obra de tratamento de esgoto tão sonhada e esperada estaria ali também, bem como a prestação de contas seria mensal, se criaria um conselho gestor e também um passe de até dez dias para que o turista que chegasse na cidade tivesse a oportunidade de entrar e sair da nossa cidade quantas vezes precisasse para visitar o entorno de Bombinhas pagando uma única entrada. Porém, fomos enganados. Demos um cheque em branco naquele momento ao Executivo, acreditamos que essa seria a solução para muitas situações negativas em Bombinhas, e deixo claro aqui que defendi a criação da taxa, acreditei nela, mas tão logo passou aquele momento ali do apontamento da inconstitucionalidade, que a Promotora já deixou muito claro aqui, começamos a cobrar do Executivo, e agora eu falo por mim, a prestação de contas imediata já do primeiro ano arrecadado, começamos a cobrar o compromisso feito com a Câmara de que a empresa teria que ir embora no próximo ano, a criação do conselho gestor, enfim, mas não houve. Tocava-se no assunto e a desconversa já era imediata.

Então eu deixo claro aqui, na noite de hoje, que para mim não resta dúvida alguma que há aí uma máfia muito bem instalada, acharam uma fórmula muito precisa de buscar dinheiro fácil, e é inadmissível que essa empresa lucre todo esse valor e Bombinhas fique somente com os prejuízos, isso já é claro e notório.

Eu venho colaborar para que nossos participantes da noite de hoje possam cumprir com o seu papel, quem pensa contra, quem pensa a favor, mas, principalmente, falando para os Deputados, para a Assembleia Legislativa do nosso Estado, que não deixe acontecer com os demais Municípios catarinenses o que aconteceu com Bombinhas. Seria muito triste nós termos novamente esse engano, pois fomos enganados, sim, não tenho vergonha de dizer, porque acreditamos que a proposta da Prefeita na época era verdadeira, era uma proposta que iria contribuir com Bombinhas, pois estava preocupada com a situação da época em Bombinhas, como eu e como os outros colegas Vereadores estávamos.

Então, que isso possa ter um fim, que possamos contribuir para que essa gente, essa máfia que está aí bem firmada no Estado, vendendo esse serviço no Estado inteiro, não tenho dúvida, que acharam realmente um meio muito fácil para buscar dinheiro para seus bolsos, não se crie.

Desejo que possamos participar nesta noite realmente com o espírito de contribuir, tanto quem pensa a favor como quem pensa contra, para o bem dos demais Municípios catarinenses.

Boa noite, Deputado, boa noite a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** — Com a palavra a senhora Promotora da 1ª Promotoria da Comarca de Porto Belo, Lenice Born da Silva.

**A SRA. PROMOTORA LENICE BORN DA SILVA** — Não quero tomar muito tempo dos senhores, só aproveitar para esclarecer mais uma situação. Quero deixar bem claro que o Ministério Público atua na qualidade de fiscal da lei e, como tal, foi assim que ele procedeu ao tomar conhecimento da TPA, e assim ele o faz em diversas outras situações.

Só quero também lembrar que a TPA, quando tramitou na Câmara de Vereadores, num primeiro momento foi aprovada, em 2017 — os Vereadores que estão aqui vão poder me corrigir se eu estiver enganada —, mas eu creio que foi em 2017 que houve uma alteração novamente dessa lei. Então, num primeiro momento, a ADIn que foi feita pelo Ministério Público foi com a lei anterior, não com essa alteração. Agora, provavelmente a gente tomou conhecimento dessa alteração, que está em estudo, não posso adiantar nada porque está em estudo ainda. Mas se o Ministério Público verificar que há outras situações de inconstitucionalidade, volto a dizer, na qualidade de fiscal da lei, provavelmente dentro da legislação, se assim permitir, serão ingressadas as demandas que forem possíveis e necessárias.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** — Aqui todos têm a palavra: os favoráveis e os contrários, e todos serão respeitados.

Com a palavra o primeiro inscrito, senhor Carlos Brandalise, engenheiro de Porto Belo. (*Ausente.*)

Então, com a palavra o senhor Júlio Cesar Wollinger, comerciante de Camboriú.

**O SR. JÚLIO CESAR WOLLINGER** — Boa noite.

Eu queria dizer para vocês que sou acadêmico de Direito, moro em Balneário Camboriú, frequento a região de Bombas e Bombinhas há mais de quarenta anos, conheço essa região como se fosse a minha casa porque gosto do local, minha família toda frequenta a região, e a TPA não só veio para vocês como veio para a região de Governador Celso Ramos, onde a minha família se estabeleceu no início do século, a minha família é nativa da região de Governador Celso Ramos e lá também está sofrendo essas consequências.

Os integrantes da mesa já citaram *n* fatores da inconstitucionalidade da TPA. Eu também elenquei alguns: o artigo 225 da Constituição Federal em relação ao meio ambiente, que já foi citado pela mesa; o artigo 5º, que é o direito de ir e vir do cidadão, que está sendo cerceado, ou seja, estamos pagando para entrar em uma cidade, e isso é inadmissível. Dentro do que é cobrado no Brasil hoje, são áreas totalmente de preservação ambiental, o que não é o caso de Bombinhas, ela não é totalmente de preservação ambiental, pois é uma cidade que tem vida própria, onde há comerciantes, as pessoas sobrevivem lá e precisam tirar seu sustento, então não condiz nada essa TPA com a cidade. Essa é a minha visão como acadêmico de Direito.

E assim outras tantas legislações, que a gente ficaria aqui a noite toda enumerando, como o artigo 152 da Constituição Federal; o artigo 150 da Constituição Federal; a questão da legislação sobre veículos que o Município de Bombinhas não pode legislar sobre veículos transitar ou não dentro da sua jurisdição. É inadmissível que isso ocorra dentro da cidade.

Além do mais, sabemos que nada tem a ver essa taxa com a preservação ambiental, pois o esgoto da praia de Bombinhas é todo colocado em uma fossa séptica, não tem um tratamento adequado. Eu sou de Balneário Camboriú, sofremos consequências lá com o esgoto, porém a nossa cidade tem uma estação de tratamento, que é uma perspectiva boa para no futuro ampliar essa estação de tratamento para diminuir o impacto do esgoto na cidade, que é o que está acontecendo lá, vai demorar anos, mas acredito eu que pelo menos com uma estação de tratamento de esgoto que Balneário Camboriú tem, isso seja facilitado. Mas a TPA não promete nenhuma obra desse vulto, nenhuma obra como estação de tratamento de esgoto que tenha capacidade para receber todo o esgoto das residências daquela região, não tem nenhum projeto de grande vulto para aplicar esses milhões aí que foram colocados e que estão sendo arrecadados.

Mais uma vez, como estudante e acadêmico de Direito, quero dizer que o meu TCC vai ser em cima da inconstitucionalidade da TPA. Pretendo que esse TCC vire um artigo e se crie uma referência desse fato novo que está infelizmente acontecendo na nossa Santa Catarina, de termos que taxar o contribuinte mais uma vez, agora para entrar em uma cidade. Já não bastam as taxas que recebemos no dia a dia quando compramos uma mercadoria, quando fazemos qualquer transação financeira? Além do mais, como foi falado na mesa também, o transtorno de um parente seu que quer chegar em Bombinhas e tem que pagar para visitar você. Isso é inadmissível.

Esses são os pontos que eu tenho aqui, e ainda há diversos outros, mas ficaria a noite toda falando e eu sei que tem outras pessoas que têm muito mais a contribuir. Então, o que eu deixo aqui é que os Deputados tenham a consciência de que, infelizmente, isso não é preservação ambiental, isso é dinheiro em caixa, mas não para preservar o meio ambiente, infelizmente.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** — Muito obrigado, senhor Júlio César.

Com a palavra o senhor Eduardo Pinheiro, estudante universitário e morador de Porto Belo.

**O SR. EDUARDO PINHEIRO** — Boa noite a todos.

(*Mostra cartaz dizendo: “TPA é roubo.”*)

Eu gostaria primeiramente de agradecer ao Deputado Ivan, porque é com essa visibilidade que ele deu ao assunto que temos a esperança de resgatar a credibilidade do turismo aqui da nossa região.

Eu tenho aqui no meu celular, e todos vocês que tiverem acesso à Internet também, ao Impostômetro, que mostra o valor que nós pagamos hoje no Brasil de impostos. De 1º de janeiro de 2020 até o presente momento, neste exato minuto, nós pagamos quase R$ 543 bilhões e até amanhã esse valor já estará em outra escala. E eu gostaria de perguntar se vocês acham justo nós termos que tirar o dinheiro da nossa receita para gerar um fundo municipal, para arcar com uma despesa que não é responsabilidade nossa, porque nós já pagamos muitos impostos, pagamos o IPTU e outros tipos de tributos, que já foram citados aqui. Não é justo que tenhamos que comprometer o nosso orçamento doméstico com mais um valor, arcando o custo de uma taxa que é meramente arrecadatória, essa taxa de preservação ambiental de Bombinhas não funciona.

Hoje trouxemos aqui uma moção de apoio à PEC do Pedágio, pelo fim do pedágio, e nós vamos protocolar agora essa moção que foi aprovada por unanimidade pela Associação dos Moradores e Amigos do Centro de Porto Belo, a nossa presidente está aqui na mesa, e realmente nós, em Porto Belo, passamos por diversos impactos negativos em função da TPA, como a fila.

(*Mostra foto do Morro de Bombas.*)

Vejam bem, um dos anexos dessa moção mostra uma imagem do trânsito do Morro de Bombas, na subida de quem está entrando em Bombinhas, tudo congestionado, parado. Depois da praça de pedágio o trânsito flui, ou seja, o impacto negativo, todo o ônus dessa taxa fica para o Município de Porto Belo. E nós queremos aqui perguntar às autoridades que resposta darão à população? Nós temos diversas questões aqui que podemos pontuar mostrando que essa taxa não serve.

Vou ler a nossa moção, e vou ser bem breve.

(*Passa a ler.*)

“A Associação dos Moradores e Amigos do Centro de Porto Belo (...), na forma do seu estatuto, torna público o seu posicionamento a favor da Proposta de Emenda Constitucional do Estado de Santa Catarina – PEC 001/2019, que veda a cobrança de taxas para circulação nas áreas urbanas dos municípios catarinenses, tal como a Taxa de Preservação Ambiental – TPA.

A decisão desta entidade é unânime entre todos os seus associados uma vez que este assunto já foi objeto de inúmeras discussões tratando dos impactos negativos que esta cobrança vem gerado ao Município de Porto Belo.

As cidades de Porto Belo e Bombinhas compartilham serviços e problemas diariamente. Ao se emancipar, em 1992, o Município de Bombinhas apenas contou com uma nova estrutura administrativa, porém, desde então, a cidade vizinha não consegue operar de forma independente sem utilizar o solo e demais serviços do Município de Porto Belo. Durante a alta temporada, a Avenida Governador Celso Ramos – em Porto Belo, única via de acesso ao Município de Bombinhas, é utilizada massivamente por turistas com destino à cidade vizinha sem sequer haver contrapartidas para manutenção das vias. Anterior à cobrança deste pedágio, ainda haviam turistas que circulavam entre as nossas cidades, tornando então, o comércio local movimentado e próspero.

O pedágio de Bombinhas iniciou o processo de falência do comércio do Centro de Porto Belo.” É uma constatação da AMACPB, endossada também pela Prefeitura e pela CDL de Porto Belo – existem vários artigos na Internet, são públicos, e vocês podem conferir lá esses posicionamentos.

(*Continua lendo.*)

“Por um lado, o comércio de todo um bairro foi prejudicado pela mudança de comportamento do turista que foi se isolando com receio de pagar outras vezes a taxa, e também, em outra ótica, é importante que seja explícito o assalto institucionalizado ao comerciante, uma vez que o valor arrecadado no pedágio (em escala de milhões) é sequestrado da economia local. O total do valor arrecadado deixa de ser destinado ao comércio local que poderia gerar mais empregos e mais oportunidades, não havendo um giro capital justo.

Os turistas de média e longa permanência (10 dias, por exemplo) ao entrarem na cidade de Bombinhas, pagam uma taxa ambiental que dura 24h, caso resolvam passear pela região e consumir em outras cidades, como no caso Porto belo, após esse período, pagarão uma, duas ou três novas taxas. Taxas como a de Bombinhas abrem precedente para que todas as cidades do litoral catarinense passem a cobrar ingressos para o acesso às praias, negativando a imagem de Santa Catarina de forma irreversível.

Também é questionamento desta entidade, o destino de valores arrecadados com o ISS para que a estrutura de cobrança do pedágio esteja situada dentro do perímetro territorial de Porto Belo.

Deste modo, com o intuito de resgatar a credibilidade do turismo local e na busca pela compensação de danos que esse sistema de cobrança vem gerado ao Município de Porto belo, a AMACPB se utiliza desta moção para apoiar a brilhante iniciativa da Proposta de Emenda Constitucional do Estado de Santa Catarina – PEC 001/2019 enquanto torce pela sua aprovação.” (*Cópia fiel.*) [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]

Gostaria também aqui de fazer memória ao Deputado Bruno Souza. Eu estive em contato com ele nesta semana e ele é a favor da PEC, pelo fim dos pedágios urbanos. Nós vamos poder também contar com o apoio do Deputado Bruno Souza, que tem uma excelente atuação aqui em Santa Catarina também.

Parabéns, Deputado Ivan, parabéns a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega da moção contra a TPA pelo senhor Eduardo Pinheiro ao Deputado Ivan Naatz.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** — Informo que depois dou o protocolo na moção e faço juntada aos autos da PEC. O Deputado Bruno Souza tem sido um grande parceiro no enfrentamento dessa causa.

É impressionante como a cidade sofre, a população reclama, mas não [vejo] o Vice-Prefeito, o Prefeito, os Vereadores, que deveriam estar aqui para defender ou falar contra. Por isso a Assembleia Legislativa tem que proteger todos os catarinenses, porque às vezes a política e os favores da política local impedem que todos sejam protegidos. Esse é o papel da Assembleia Legislativa, proteger todos. (*Palmas.*)

Com a palavra o senhor soldado da PM Marcos Roberto Butenas, de Porto Belo.

**O SR. MARCOS ROBERTO BUTENAS** — Boa noite à mesa e a todos os presentes.

Eu sei que estou de serviço, mas também sou morador de Porto Belo. Trabalho em Porto Belo e Bombinhas e acho que o que é bom, deve ser mantido, o que é ruim, tem que ser retirado. Acredito que não tenha nenhum estudo ambiental de antes da taxa ambiental e de agora. Com o que a taxa realmente contribuiu para a melhoria do meio ambiente? Eu acho que a melhoria do meio ambiente não precisa de uma taxa, mas de políticas públicas sérias e orientadas para a preservação do meio ambiente. (*Palmas.*)

Além de outras situações que eu vejo, a taxa acaba sendo discriminatória, porque as pessoas que mais se beneficiariam de uma taxa de preservação ambiental seriam os próprios moradores de Bombinhas, e eles não pagam pela taxa ambiental.

Outra situação que eu acho que é tratada com discriminação é que os estrangeiros têm os mesmos direitos que os brasileiros aqui no nosso território, e eles são parados ali e cobrados já na entrada. Eles não têm o direito de dizer que querem pagar na saída. Uma lei tem que seguir o que as outras leis já determinam, os outros direitos devem ser mantidos para todos, e ali não está sendo cumprido dessa forma. Eu sou contra a taxa ambiental porque não acredito que ela esteja contribuindo para a preservação do meio ambiente no Município de Bombinhas.

Boa noite. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** — Muito obrigado, soldado Marcos Butenas, que é morador do Município de Porto Belo.

Quero fazer um registro: nesse relatório do Tribunal de Contas não tem a entrada de dinheiro estrangeiro, não tem controle do dinheiro estrangeiro. Não se tem controle do dinheiro de quem paga, ninguém sabe o que faz com o dinheiro.

Com a palavra o senhor Natal de Matos, comerciário de São José.

**O SR. NATAL DE MATOS** — Boa noite a todos. (*Mostra cartaz dizendo: “Contra a TPA.”*)

Quero agradecer ao pessoal que entregamos os convites nas ruas, acredito que tem muita gente aqui; quero agradecer ao Deputado Estadual Ivan Naatz, que está na luta para derrubar essa TPA que prejudica as pessoas mais pobres, de baixa renda. As pessoas da região de Biguaçu, que já têm dificuldades financeiras, no final de semana têm que pagar para ir à praia, muitas vezes têm dificuldade de colocar combustível no carro para levar a sua família para curtir a praia.

Há um tempo criamos uma página no Facebook, Movimento Brasileiro Contra a Cobrança de Pedágio nas Praias. A gente abraçou a causa do Deputado Ivan Naatz e há muito tempo vimos lutando para acabar com essa TPA (*palmas*). Inclusive conseguimos o apoio de duas pessoas famosas do Brasil, que é a ex-apresentadora de esporte da Rede Globo e jornalista, Fabiane Vasconcellos, a quem agradecemos muito, porque ela fez um vídeo que repercutiu muito no Estado de Santa Catarina e no Brasil ‒ também foi muito falado em nível nacional ‒, e também a cantora de música religiosa Vera Lúcia. Vocês podem ver na página [do Facebook] os vídeos que eles nos deram, são muito bons, lutando pelo apoio contra essa máfia, contra essa sacanagem que é a TPA, que é mais uma tributação que o povo tem que pagar para ir às praias, mas as praias são públicas. Estão tirando o direito de ir e vir, não é, gente? A TPA fere o direito de ir e vir, certo?

Quero falar mais um pouco... a gente fica um pouquinho nervoso, não é, Xando? Quero agradecer também ao Vereador Xando, de Bombinhas, que acompanha a nossa página, a nossa luta; quero agradecer ao pessoal da mesa, ao pessoal de Porto Belo, que veio aqui, tem mais gente aqui do que em São Francisco do Sul, vocês estão de parabéns, gente. (*Palmas.*)

A gente tem visto que existe muita politicagem na política, não é, existem políticos e politiqueiros. Os politiqueiros só veem o seu lado, não veem o lado do povo; tem políticos bons ainda no Brasil, a gente pode botar fé que tem muitos políticos que lutam pelo povo e estão ao lado do povo. Exemplo aqui é o Deputado Ivan Naatz, que está lutando. Eu já vi gente humilhá-lo, pegar no pé dele, e ele foi frio, ficou calado e discursou muito bonito em São Francisco do Sul. Então ele está de parabéns por essa PEC que solicita o fim do pedágio nas zonas urbanas das cidades.

Eu agradeço ao Deputado Ivan Naatz, em nome dos seguidores da página Movimento Brasileiro contra a Cobrança de Pedágio nas Praias e em nome de todos os catarinenses e brasileiros. Muito obrigado, Deputado Ivan Naatz, por essa PEC. Obrigado, gente. (*Palmas.*)

Outra coisa que esqueci de falar: sou natural de Paulo Lopes e moro em São José há mais de trinta anos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** — Obrigado, Natal, pelo trabalho que faz, pelo extraordinário movimento que faz. O Natal é um parceiro incansável de apoio à proposta da PEC.

Só quero registrar o seguinte: a PEC não é do Deputado Ivan Naatz, mas da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, ela é de catorze Deputados. Eu só sou o que fica na linha de frente e leva cassete, sou chamado de tudo quanto é coisa. Pode ter certeza que a gente é ofendido de todos os lados.

Com a palavra o senhor Ivo Cordeiro, radialista de Joinville.

**O SR. IVO CORDEIRO** — Uma boa-noite a todos.

 Estou aqui na qualidade de radialista, mas não poderia deixar de falar como cidadão, certo? Eu fiquei tão feliz quando cheguei aqui em Porto Belo, a igreja aqui bem defronte ao mar, justamente o local que, de vez em quando, eu venho trazer passageiros de Joinville para cá para pegar o barco ali. Então matei a saudade, Deputado, de ver esse povo bacana aqui de Porto Belo.

Gente, eu me inscrevi porque há dois meses uso o microfone da emissora na qual eu trabalho, lá em Joinville, na rádio Colombo, para bater pela derrubada dessa PEC. (*Palmas.*)

No dia 2 de março a primeira audiência pública foi lá em São Francisco do Sul, e eu fui e botei o colete, porque lá em São Francisco uma meia dúzia de pessoas com cargos comissionados foi... eles passaram realmente do limite, porque discutir ideia é uma coisa, agora, passar para o lado pessoal... Inclusive não gostei da atitude da Secretária de Turismo lá de São Francisco — isso que eu estou dizendo aqui eu também falei na rádio —, da maneira como ela se posicionou, na verdade não representando São Francisco, já que a maioria não nasceu lá.

Eu sei que está sendo gravada esta audiência pública: sou terminantemente contra qualquer taxa. Nós pagamos, ou melhor, trabalhamos cinco meses por ano para pagar impostos e o Prefeito, o Governador, que cria imposto, tem meu não (*palmas*). Quando o Governador Carlos Moisés estava cobrando aqueles impostos das verduras, das carnes, etc., eu fui um dos que me manifestei no microfone da rádio. E depois tem um detalhe: está para vir aí uma reforma tributária, quer dizer, os Municípios vão poder receber do governo.

Deputado, o que eu mais senti, a minha contestação foi ouvir a ex-Prefeita de Bombinhas e Deputada dizer: “É, mas Bombinhas não tem uma indústria, não tem um comércio, etc. Nós precisamos dessa taxa.” Quer dizer, eu achei uma coisa ridícula, super-ridícula. Claro que a gente vai precisar do voto de 25 Deputados na Assembleia e com certeza nós não teremos o voto dela, mas isso realmente é o fim da picada.

Para eu encerrar a minha manifestação, quero dizer que nós precisamos muito... É o trabalho que eu faço lá, porque não é convencer o povo, o povo não quer pagar, mas [é convencer] realmente os Deputados. E me desculpe a Promotora Pública de Bombinhas, que estou conhecendo agora, mas com cabeça de Deputado e bunda de criança, na hora da votação, você não sabe o que pode acontecer. O Deputado que eu souber que votou contra, ou seja, a favor da taxa, olha... Na rede social, no microfone da rádio — eu tenho 23 anos como radialista, formado aqui na nossa Itajaí, na Univali —, eu vou morder no calcanhar, porque realmente tem que se preocupar com o povo. E tem um detalhe, mesmo que tivesse toda a infraestrutura, eu sou contra, e isso já está uma epidemia, pois outras cidades aí estão querendo.

Uma boa-noite para vocês, uma saudação para a mesa. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** — Obrigado, senhor Ivo Cordeiro, que veio de Joinville especialmente para participar da nossa audiência. Estou muito feliz com a participação do senhor. A gente vê que a sociedade é composta por pessoas como o senhor, preocupadas não consigo, porque o senhor muito raramente virá a Bombinhas pagar uma taxa, mas com toda a sociedade.

Com a palavra o senhor Cleyton Luis Burçaos, motoboy de São José.

**O SR. CLEYTON LUIS BURÇAOS** — Boa noite a todos. Agradeço a oportunidade de estar aqui me expressando como os demais.

Quero dizer que eu sou contra a TPA, porque para mim o meio ambiente se combate (*sic*) com o Poder Público criando projetos para o meio ambiente, instruindo a população sobre como cuidar do meio ambiente, dando mais crédito também para as pessoas que trabalham com reciclado, uma profissão que muitas vezes não é valorizada, mas que tem um efeito muito grande para proteger o meio ambiente. O catador recicla o papel, a garrafa, o cobre, o alumínio e muita coisa, então eles são fundamentais para o meio ambiente.

O que falta, na minha opinião, é a Prefeitura chamar esse pessoal que exerce essa atividade e colocá-los num projeto, dando um pouco mais de incentivo para eles e para as outras pessoas que também têm interesse em proteger o meio ambiente, porque também é uma obrigação nossa cuidar da natureza, cuidar para que não deixemos aquilo que Deus fez para desfrutarmos ser destruído, como não jogar um canudo, um papel no mar. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Então, para mim, a TPA não vai surtir efeito, porque como podemos ver as únicas coisas que estão sendo beneficiadas são as empresas e o bolso de muita gente, que está ficando cheio, porque a população não vê retorno, não vê benefício, não vê nada. Eu estou cansado de ouvir só taxa, pagar imposto, pagar imposto e pagar imposto. eu dependo também do comércio, eu trabalho com entrega, sou motoboy, e muita gente para quem eu presto serviço está deixando de entregar produtos para cá por conta da taxa, porque eu sou obrigado a cobrar a diferença. Muitas vezes, querendo ou não, isso pesa para o bolso do empreendedor, porque o empreendedor precisa crescer; sem o empreendedor a gente não gera receita; sem o empreendedor a cidade não cresce; sem o empreendedor a pessoa que necessita de uma oportunidade de trabalho não cresce também.

Então essa taxa, além de ferir a Constituição, prejudica a população, prejudica as pessoas. Vamos ter um pouco mais de consciência. Ainda bem, graças a Deus que nós ainda temos representantes bons que estão dispostos a lutar por isso, estão dispostos a brigar para derrubar essa TPA que fere a Constituição, que fere o seu direito de ir e vir, fere o meu direito. Eu lembro que quando a minha filha nasceu constava naquele Cartão da Criança essa frase: “Nasceu mais um Cidadão Brasileiro”. E como que a gente, cidadão brasileiro, tem que pagar para transitar no seu País? Em algo que é nosso, algo que é da nossa terra? Se fosse uma taxa simbólica, mas é algo exorbitante.

Então eu deixo aqui a minha palavra. Obrigado a todos e que Deus abençoe a cada um de vocês. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** — Muito obrigado, senhor Cleyton Luis, que veio de São José para contribuir com o nosso debate.

Passo a palavra ao senhor Celino João dos Santos Filho, ex-Vereador de Bombinhas.

**O SR. CELINO JOÃO DOS SANTOS FILHO** — Boa noite a todos. Como já foi falado, eu sou o Celino Filho, porque tem o Celino, que é meu pai e, claro, tem também o meu filho, que se chama Celino Neto. Tenho muito orgulho desse nome, por isso dei a ele.

Eu quero cumprimentar o Deputado Ivan Naatz, a Promotora, doutora Lenice, e os demais membros da mesa, que me conhecem da luta.

Deputado, se fosse possível gostaria de utilizar também o PowerPoint.

Agradeço, Deputado, por acabar com essa roubalheira chamada TPA, e como diz o nosso Vereador, o amigo Xando, é “Taxa de Picaretagem Ambiental”, e realmente é. Então eu gostaria de deixar aqui claro e agradecer o senhor por salvar Bombinhas dessa picaretagem. Eu sou a favor da sua PEC, que é também de outros Deputados, e gostaria de explanar hoje o porquê, quando eu fui Vereador em Bombinhas, dos nove Vereadores, fui o único contra essa Taxa de Preservação Ambiental.

Hoje é com muita segurança que eu falo para vocês: quando o Deputado apresentou que o Tribunal de Contas do Estado não mostra o relatório com o pagamento dos estrangeiros, é porque eles não têm mesmo. Sabem por quê? Porque roubaram o dinheiro todo dos estrangeiros. (*Palmas.*)

(*Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.*)

Eu vou falar para vocês com números, isso não é invenção da minha cabeça - eu fui muito combatente, quando estava como Vereador, contra essa roubalheira. Não sou contra a taxa, eu sou contra a roubalheira que eles criaram através dessa taxa. Tanto é que o relatório que apresentaram para o Tribunal de Contas do Estado não vem ao encontro do que apresentaram para nós quando eu era Vereador de Bombinhas. Apresentaram lá para nós a prestação de contas de 2015 e de 2016, o que passou de carros nacionais e que pagaram R$ 6,5 milhões. Então vocês hão de convir comigo que não está batendo: ali se apresenta R$ 5 milhões e pouco que foram pagos.

Valor a arrecadar, que não foi pago: ali foi apresentado o valor de R$ 6 milhões oitocentos e pouco, isso no ano de 2016. Também apresentaram para nós, lá na Câmara de Vereadores, que os carros nacionais que passaram e não pagaram totalizaram R$ 6,750 milhões. Isso dá um valor de R$ 13,250 milhões – isso de carros nacionais que passaram. E se naquela temporada tivemos de 70% a 80% de estrangeiros na cidade de Bombinhas, pois isso foi visível e notório, com gringos embaixo de postos de gasolina com seus filhos chorando porque não tinham onde locar imóveis, e eles apresentaram esse valor para nós lá na Câmara de R$ 13,250 milhões de carros nacionais, então, se foi de 70% a 80% de estrangeiros, eles deveriam, no mínimo, apresentar para nós R$ 30 milhões em espécie dos estrangeiros, porque eles passaram e pagaram, eles deixaram em espécie, pois não têm nem a possibilidade de passar lá embaixo e pagar. Para poder entrar em Bombinhas, o estrangeiro tem que deixar o dinheiro lá em cima. E outra, se ele quiser pagar com dólar, ele tem que voltar até Porto Belo, trocar o dólar e pagar em moeda brasileira.

E sabem qual foi o valor que eles apresentaram para nós na época na Câmara de Vereadores? O valor de R$ 2,750 milhões, que foi pago em dinheiro estrangeiro. Pessoal, a gente está falando de um desvio de R$ 27 milhões (*sic*) de dinheiro estrangeiro. Isso é um absurdo! E falo para vocês por *a* mais *b* que eu, quando Vereador, tentei abrir uma CPI e consegui, lá em 2016, no final do meu mandato, mas não consegui presidir nem ser o seu Relator, infelizmente. Por que o governo não deixou o Vereador Celino presidir ou encaminhar essa Comissão Parlamentar de Inquérito? Porque eles sabiam que todo o dinheiro tinha sido roubado, gente (*mostra imagem*).

Gostaria de pedir para o Deputado aquela imagem do cofre que foi colocado na Prefeitura e também do cofre que foi colocado lá em cima, na TPA, onde eles fazem a cobrança do estrangeiro. Esse cofre, quando eu consegui abri a Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI, eles apresentaram um relatório na Câmara, isso relatado pelo Vereador Alan. E eu disse para o Vereador Alan, olho no olho: Vereador Alan, no seu relatório você está conseguindo ocultar aos olhos dos homens, aos olhos de Deus você não está ocultando. Esse dia vai chegar, e não está longe, está muito próximo. Eu disse para eles o seguinte: que bom, Vereador, que esse cofre foi colocado lá em cima, porque eu...

No dia 24 de janeiro de 2015, uma vez que aprovamos a nova Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, fui convidado para comer um churrasco no apartamento da Prefeita. E lá pelas tantas, meia-noite e meia, uma hora da manhã, eu me deparo com um malote da TPA adentrando o apartamento da Prefeita. Vocês acham que em pleno século 21 o dinheiro público tem que ir primeiro para o apartamento da Prefeita para depois ir para a Prefeitura ou para o banco? É um absurdo! Eu não posso me calar diante disso!

Eu perguntei para o Promotor Fabiano, eu fiz a denúncia, e o Promotor Fabiano falou: Celino, não tem problema. Promotor, eu não sei é se vai ter alguém que estava junto comigo e queira comprovar, mas eu vou relatar o que os meus olhos viram. Então, é um absurdo o que está acontecendo no Município de Bombinhas, é muito forte.

Não bastasse isso, os números que eu já passei para vocês... No outro dia dei entrevista – Deputado, se for preciso essa entrevista está gravada na Rádio Mix – pela manhã cedo e o pessoal da Rádio Mix sofreu uma pressão enorme desse governo e eu nunca mais fui chamado naquela rádio para dar um oi sequer para o povo de Bombinhas. Vocês sabem muito bem a razão, não é?

Eu gostaria de dizer, Deputado, que eu não me surpreendo de as cadeiras estarem um pouco vazias, porque aquele governo que está lá é um governo opressor, eles perseguem as pessoas (*palmas*). O povo de Porto Belo com certeza iria sofrer também pressão se estivesse aqui. Há de convir comigo que quando a situação de opressão chega a ponto de faltar comida na mesa da sua família, seja do filho, do pai ou da mãe, qualquer cidadão recua, gente, e esse é um ato que eles praticam diariamente. Eu sofri muito, e sofro, minha família sofre junto comigo. É uma pena, peço desculpas a eles todos os dias, mas eu disse para o meu pai e para a minha mãe: não nasci para ser covarde. (*Palmas.*)

Pessoal, eu queria colocar só mais uma situação. Quando iniciou o governo, fui Vereador da base da Ana Paula da Silva quando Prefeita, nós tínhamos uma empresa que fazia anteriormente a limpeza da praia – o Prefeito deixou licitado e era R$ 105 mil por mês a limpeza de praia, dando um total, nos quatro meses, de R$ 420 mil. Não bastasse, nos quinze primeiros dias de mandato eles chamaram o proprietário da empresa que participou do processo licitatório e disseram: “Ou tu desiste da limpeza de praia e fica com o banheiro ou, caso contrário, se tu insistir, vai ter que entrar na Justiça e receber na Justiça, porque nós vamos demorar para te pagar.” O camarada ligou para o irmão e disse: “Irmão, me desculpe, eu vou ter que abrir mão da limpeza da praia, senão não fico nem com o meu banheiro químico.”

A lei municipal diz que, em caráter de emergência, se chama qualquer empresa para poder continuar o serviço, que está em plena chamada de verão. A empresa foi chamada, do conhecido aqui de Porto Belo, o Galo Cego, ele, o Ilson Rebelo e um conhecido nosso lá de Zimbros levavam o pessoal para limpar por R$ 155 mil. O primeiro desvio chamado em R$ 50 mil. Eu falo e provo por números, se eu tiver que responder alguma coisa por isso eu vou lá, não tem problema.

Eu gostaria de deixar claro aqui, Promotora Lenice, que agradeço, porque a senhora trabalha tanto pelo povo de Bombinhas que uma vez, num jornal municipal, eu coloquei lá uma matéria dizendo que as crianças na sua educação estavam sofrendo pelo calor, e Promotora foi lá, combatente, chamou eles e disse: ou as crianças têm uma vida decente, ou, caso contrário, vou trancar as contas do Município. Então eu sei que a senhora é combatente (*palmas*). E o Promotor Fabiano também, eu ofertei essa denúncia na Promotoria aqui, que cabe a ele essa investigação, e ele disse para mim: “Vereador, eu gostaria muito de lhe auxiliar, mas eu tenho aqui apenas dois, três funcionários. Vou convidar o Tribunal de Contas do Estado para poder, em parceria, fazer essa investigação.” Eu não sei se o pessoal se recorda, em 2014, quando iniciou a TPA, houve uma falha lá em cima na cobrança, porque eles fizeram aquele papelzinho [tipo] jogo de bicho e aí a pessoa que estava lá em cima cobrava, colocava a caneta, eles não tiveram a capacidade de ter um carimbo da TPA, eles colocaram um carimbo de gestões anteriores, o da taxa de vigilância... Era um absurdo aquela cobrança. E até hoje eu não tive um parecer do Promotor Fabiano, porque acredito que essa investigação é bem precisa.

Mas assim, pessoal, eu queria deixar muito claro para vocês o que está acontecendo aqui em Bombinhas. Não tenho medo de ninguém, se quiserem me processar, sintam-se à vontade. Eu queria só deixar claro aqui o porquê de eu ser a favor, junto com o Deputado e dos demais, que acabem com a Taxa de Preservação Ambiental de Bombinhas e de outros Municípios, porque a gente sabe que é o mesmo cara que está conduzindo, o ex-Vereador Fábio Fiedler, preso pela Operação Tapete Negro, do Município de Blumenau. Então, me diga com quem andas que eu te direi quem és.

Boa noite a todos e obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** — Muito obrigado, Celino, pela sua manifestação. A gente precisa de homens e de mulheres de coragem, pois sem os homens e sem as mulheres de coragem a tirania toma conta.

Passo a palavra para a senhora Ana Paula Silva, assessora do Vereador Alessandro Arno Mafra, de Bombinhas.

**A SRA. ANA PAULA SILVA** — Taxa de Preservação Ambiental. Doutora Lenice, que taxa é essa? Uma taxa em que os contêineres da TPA colocam uma fossa em cima de duna e de restinga na praia de Quatro Ilhas, que é uma praia bandeira azul – nós temos contêineres da TPA que instalaram fossas para os seus banheiros em cima das nossas dunas e restingas? Que Taxa de Preservação Ambiental é essa, gente, que instituiu o Parque Municipal da Costeira de Zimbros, onde nenhum proprietário até hoje foi indenizado? Que Taxa de Preservação Ambiental é essa que o contêiner que fica na descida do Morro de Zimbros joga, com o perdão da palavra, o cocô, a merda *in natura* em via pública – e nós temos fotos, nós temos gravações, nós temos tudo comprovado? Que Taxa de Preservação Ambiental é essa em que temos um horto municipal que fecha no final de semana e ninguém pode visitar, que teve, sim, um recurso da Taxa de Preservação Ambiental, um pica-galho, que não funciona? Esse foi o investimento da Taxa de Preservação Ambiental no nosso Horto Municipal de Bombinhas.

Que Taxa de Preservação Ambiental é essa que superfatura contêineres – e hoje, nesta semana, nas redes sociais nós vimos que turistas bateram com o nariz na porta porque os banheiros estavam fechados, não estavam abertos? Que Taxa de Preservação Ambiental é essa em que uma família que chegou ontem de viagem de Santana do Livramento, passa seu dia na praia e a senhora quer usar o banheiro da TPA, e quando desce a escada essa escada quebra, porque está podre, e ela quebrou o seu tornozelo? Que Taxa de Preservação Ambiental é essa, doutora? Onde nós estamos? O que é isso? (*Palmas.*) Que Taxa de Preservação Ambiental é essa que todos os nossos rios, os nossos pequenos rios – porque nós não temos um rio grande que nos abasteça, tanto que nós estamos tendo que pegar água no rio Tijucas –, estão completamente podres? O rio Bombinhas é um esgoto a céu aberto, gente; o rio da Barra é um esgoto a céu aberto; o rio Passa Vinte é um esgoto a céu aberto; o rio Madeira é um esgoto a céu aberto; o Zimbros este ano teve pontos impróprios para banho.

A partir da Taxa de Preservação Ambiental, a cada ano que passa os pontos impróprios para banho da nossa praia se multiplicaram. Que Taxa de Preservação Ambiental é essa, doutora?

Este é um desabafo, porque a gente vê, é nítido, o nosso centro fede. Quem disser aqui que vai ao centro de Bombinhas e não sente o cheiro de esgoto, está mentindo. Ou é muito hipócrita, ou é alguém comissionado da Prefeitura, porque não é possível. Que Taxa de Preservação Ambiental é essa?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz**) — Passo a palavra ao último orador inscrito, o senhor Marcos Poggetti de Menezes, morador de Bombinhas. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

**O SR. MARCOS POGGETTI DE MENEZES** — Boa noite a todos. (*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Eu não ia falar, mas eu vou falar, e não vou dizer se sou contra ou a favor, vocês tirem as suas conclusões. Eu vi a Vereadora Lourdes quase que se justificando por ter sido a favor da Taxa de Preservação Ambiental quando foi para a votação, na sua criação. Eu vou dizer para vocês, na ocasião eu era diretor de Saneamento da Prefeitura de Bombinhas e era um ferrenho defensor dessa taxa, mas eu fui enganado. Fui enganado, porque para mim a taxa significava preservação ambiental, significava avanços na proteção ambiental do nosso Município. Um exemplo é o que a Ana Paula falou, quando da ocasião do decreto que criou o Parque Municipal da Costeira de Zimbros – eu não sou douto em leis, mas eu sei que tem um prazo para indenizar os proprietários – foi prometido publicamente pela gestora, na ocasião, que o dinheiro da TPA seria usado para indenizar. Se não me engano, está com o prazo vencido ou por vencer e nenhum real foi dado a proprietário algum. Então ali foi somente uma enganação, mas eu me lembro de comemorar emocionado com os ambientalistas de Bombinhas, nós nos abraçamos porque aquilo foi uma conquista, mas era só para enganar, tanto é que não saiu até hoje.

Outro ponto: tem duzentas ruas pavimentadas em Bombinhas, está ótimo para rodar, Bombinhas realmente era horrível, tudo chão batido, era barro e poeira, mas nem um metro de cano de esgoto (*ri*), e seria essa a destinação da taxa ambiental.

Então eu pedi para falar só porque eu vi a Vereadora Lourdes se justificando – eu sei que o Vereador Flávio também na época era a favor, o Vereador Xando não era ainda... mas o Celino foi contra, estava certo, e eu fiquei com raiva dele, peço desculpas. E Celino, se precisar de testemunha em relação aquela malinha de dinheiro, eu não estava presente, mas a pessoa que tu flagraste falou para mim, reclamou: “Meu Deus, eu entrei lá e estava o Celino”. Então, conta comigo, amigo (*palmas*).

Bom, vão me crucificar, mas muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** — Muito obrigado, Poggetti, pela manifestação.

Com a palavra o senhor Vereador Flávio Henrique Souza, de Bombinhas.

**O SR. VEREADOR FLÁVIO HENRIQUE SOUZA (Bombinhas/SC) —** Boa noite a todos. Eu quero cumprimentar o Deputado e, em seu nome, cumprimentar os componentes da mesa.

Eu quero dizer para vocês que no primeiro ano em que foi implantada a TPA eu fui convidado para trabalhar lá em cima no horário das 18 horas até a meia-noite. Certa noite, no momento de fechar o caixa – eu não fazia parte, porque eu disse que não queria mexer com dinheiro, que ajudaria lá na frente, na pista –, por falta de segurança, por falta de honestidade e de trabalho sério, eu fui com R$ 16 mil para a minha casa. Eu sou testemunha, eu levei o pacote com R$ 16 mil (*palmas*). No outro dia eu me apresentei no gabinete da Prefeita, ela chamou o Secretário da Fazenda e ali com o (*ininteligível*) foram fazer o fechamento do caixa. Eu me afastei e disse: de hoje em diante, se for para eu estar recolhendo e levando dinheiro para a minha casa, eu não faço isso. Primeiro porque não é justo e outra por medo também de alguém indicar, me assaltar. Então eu participei, e sou testemunha, que isso aconteceu. Depois continuou o Izilário levando dinheiro para casa, então era o funcionário que trabalhava e levava o dinheiro para casa.

Eu quero deixar bem claro que realmente é uma falcatrua. Não foi uma taxa colocada com a boa intenção de proporcionar melhorias para o nosso povo, não foi uma política justa e uma política da distribuição, foi uma política, um trabalho implantado para favorecer o bolso de alguns. Nós temos exemplos, visto por quem quer olhar, é só ver de onde veio e como está – eu não posso citar nomes aqui, mas é muito fácil o Ministério Público investigar, porque existe uma grande máfia, uma grande falcatrua, doutora. E aqui eu peço, por favor... E agradeço ao Deputado por se engajar na luta e desmanchar realmente essa quadrilha que quer se instalar no Estado. É uma quadrilha demoníaca, é uma quadrilha que vem para favorecer o seu bolso e não para fazer a política da distribuição para o seu povo.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** — Muito obrigado, Vereador. É sempre bom nós termos a garantia da imunidade parlamentar para podermos falar as coisas que vemos.

Com a palavra a senhora Promotora da 1ª Promotoria da Comarca de Porto Belo, Lenice Born da Silva.

**A SRA. PROMOTORA LENICE BORN DA SILVA** — Mais uma vez. Senhora Ana Paula Silva, eu gostaria de dizer à senhora e a todos que não é a doutora Lenice que a senhora deve questionar que TPA é essa, nem o Ministério Público, porque ele não criou essa legislação, ele não vota, ele não decide essa legislação. Como eu falei para a senhora desde o início, o Ministério Público atua como fiscal da lei e assim o fez. Tanto o fez que, com o devido respeito às leis criadas, há poderes que estão devidamente constituídos, e o Ministério Público é um desses poderes, mas não elabora as legislações, portanto ele atua como fiscal da lei. E como é de conhecimento de todos, ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade por entender que a legislação naquele momento era inconstitucional, que tramitou, mas infelizmente não se obteve êxito nessa ação. Quando eu falo infelizmente é em relação à legislação, porque o Ministério Público entende que conflitava com a Constituição, e continua entendendo que conflita com a Constituição. Portanto entrou com a ação e foi até a última instância, naquilo que cabia a ele.

Outras legislações também são inconstitucionais, algumas são constitucionais, algumas as pessoas apoiam e aprovam, outras não. E o Ministério Público vai fazer o papel que ele tem, e muito menos também questionar... Quando a senhora questiona diretamente, eu volto a dizer, eu não estou aqui sendo pessoa física, eu estou representando o Ministério Público e, como tal, desempenhei o papel e sempre o farei.

Eu gostaria também de agradecer o ex-Vereador Celino, que naquela oportunidade a gente pôde fazer. Como todos e tudo, com muitas coisas a gente consegue um excelente resultado; o Deputado deve viver isso todos os dias, porque nem sempre ele consegue alcançar o que é, assim como os Vereadores também, a gente sabe dessa luta. Mas o Ministério Público e a minha Promotoria estão sempre à disposição naquilo que cabe às minhas atribuições, tentando fazer o melhor dentro das situações e das possibilidades que a gente tem.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** — Bom, o microfone ficou aberto a todos os catarinenses, nós tivemos pessoas de Joinville, de São José, de Bombinhas, de Porto Belo, de Balneário Camboriú... Quem defende a TPA não veio aqui para se defender, está nos acompanhando pelas redes sociais, não está aqui, mas está sabendo o que está acontecendo aqui. Eu lamento profundamente que os defensores dessa proposta não estejam aqui para colocar as suas razões, mas... Eles são ótimos em fazer coisas pela Internet, em desacreditar qualquer pessoa que ouse enfrentá-los.

Eu gosto muito desse quadro (*mostra imagem*), porque o material está todo aqui, o Ministério Público tem um levantamento extraordinário. Eu queria mostrar o quadro a vocês e perguntar, a alguém do governo se aqui estivesse, a vocês do governo que estão nos olhando e para a Deputada Paulinha, que também faz o enfrentamento da gente lá na Assembleia Legislativa: o que fizeram com R$ 23 milhões, que os números dizem foram colocados nos cofres pelos moradores? O que fizeram com o dinheiro? Eles têm que explicar isso, doutora! Talvez seja essa a reclamação da Ana, o que ela quis dizer, na minha compreensão, é questionar o que eles fizeram com esse dinheiro.

E também é preciso colocar a questão da omissão da cobrança de quem não paga, porque quem não paga o Município faz uma renúncia fiscal. O sujeito que não paga vai embora e está acabado, ninguém cobrou de quem não pagou. Nós já estamos aqui em renúncia, porque houve... agora não adianta mais, porque os anos de 2015 e 2016, por exemplo, já têm prescrição executiva. Quem não pagou, não vai pagar mais. Então o Município, além de fazer uma cobrança e não prestar contas, também abre renúncia de receita, e isso é crime de responsabilidade. Eu estou falando para vocês que estão nos acompanhando pelas redes sociais, esses valores prescreveram, não tem mais como cobrar, e o Município abriu mão dessa receita, mas a empresa que explora o serviço recebeu dinheiro vivo. É disso que nós estamos falando, é para salvar Santa Catarina.

As razões que foram usadas no voto do Supremo Tribunal Federal, de que já existem outros tipos de cobranças iguais a essa pelo Brasil, não podem ter saído de um Ministro do Supremo Tribunal Federal! Devem ter saído de um estudante de Direito, de um estagiário, porque as comparações que foram usadas como Morro de São Paulo e Fernando de Noronha, que cobram, não servem, não têm comparação nenhuma com o Município de Bombinhas, nenhuma! No Morro de São Paulo moram somente pescadores, são quatrocentas pessoas que moram lá e vivem exclusivamente da pesca, as pessoas passam um dia no Morro de São Paulo, visitam e voltam, então há uma relação na cobrança, a mesma coisa em Fernando de Noronha, é um caso extremamente diferente, porque todo o lixo de Fernando de Noronha é levado de navio; o fluxo de turistas dentro de Fernando de Noronha tem um impacto significativo na pequena população que mora lá. Diferentemente de Bombinhas.

Bombinhas tem uma vida ativa o ano inteiro, tem comércio, tem atividade industrial, pequena, mas tem, tem uma arrecadação de tributos de R$ 68 milhões por ano (as pessoas pagam IPTU, ISS, taxa de lixo, taxa de iluminação pública, taxa de água, as pessoas pagam pelos serviços). Portanto, Bombinhas não tem relação nenhuma com Morro de São Paulo e com Fernando de Noronha, nenhuma! Eu lamento, profundamente, a decisão do STF, que o Ministério Público tanto combateu e não aceita.

Senhores, repito, o microfone esteve aberto para todos e quem é favorável não teve a coragem de vir aqui dizer que é favorável (*palmas*), não teve a coragem de questionar esses números e lá na Assembleia também não tem coragem de questionar os números (*palmas*). Eu já fiz trezentos... Eu não quero fazer disso aqui um discurso, eu não estou em campanha, a minha campanha é daqui a três anos, eu não estou em campanha para Deputado, eu sou Deputado. Eu faço esse discurso na Assembleia Legislativa, eu mostro esses números, eu falo, coloco na Internet, e nunca fui questionado. Nunca se esteve naquela tribuna para dizer, e eu estou falando para quem está ouvindo nas redes, que esses números estão errados, que não são bem assim. Nunca! Nenhuma vez fomos questionados, como não fomos questionados aqui. Eles colocam os pitbulls, a turminha e os comissionados a latirem por trás (*palmas*), aquela turminha dependente de serviço público, mas na frente não têm coragem de falar nada.

Eu já encontrei o Prefeito de Bombinhas muitas vezes, na Assembleia, em eventos, em Brasília, em restaurante, nos corredores do Congresso, e ele nunca teve a coragem de me perguntar nada, mas por trás coloca os pitbulls, a turminha que trabalha na TPA, pai e filho que trabalham na TPA, porque quem trabalhava na TPA está no gabinete na Assembleia trabalhando, quem cobrava TPA, está lá no gabinete trabalhando.

Senhores, eu quero dizer que essa luta não termina com a PEC. Nós vamos votar a PEC este mês e vamos aprová-la, porque os Deputados estão convencidos que isso não pode se espalhar por Santa Catarina; os Deputados estão convencidos que só uma empresa ganha; os Deputados estão convencidos que isso é uma sacanagem. Nós já temos os votos suficientes para aprovar a PEC, mas quando nós terminarmos a PEC, nós vamos continuar com a prestação de contas que está aqui no Fórum de Porto Belo e esse troço não vai ficar assim, não vai acabar nisso aí (*palmas*).

Eu quero mandar um recado para eles: nós vamos acabar com a TPA e nós vamos continuar fiscalizando o dinheiro público. O que fizeram com o dinheiro público? É o meu papel, a sociedade catarinense me paga para fazer isso, ela paga os Vereadores para fazerem isso, nós somos pagos pelo povo de Santa Catarina para fazer essas cobranças. Nós temos o apoio do Ministério Público de Santa Catarina, nós temos o apoio do Tribunal de Contas e nós temos Magistrados comprometidos com o que é justo, digno e honrado. Eu confio muito na Magistratura catarinense, confio muito no Ministério Público de Santa Catarina, a Justiça vai tardar, mas não vai falhar (*palmas*).

Senhores, muito obrigado a todos vocês por estarem conosco até este horário. Este não é um circo de uma pessoa só, este é um exército de muitas vozes. Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a audiência pública. (*Palmas.*) (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisora: Bruna Maria Scalco / Leitura final: taquigrafa Siomara G. Videira*]

**DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ**

**PRESIDENTE**